

AS GRANDES QUESTÕES TÉCNICAS NA RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO URBANO

*José M. de Bivar Cornélio da Silva **

«Dos antigos edifícios que a mão do homem tem abandonado, ou, o que peor é, injuriado com sucessivas reformas dentro da Alcáçova de Santarém, o mais notável é a Igreja de Santa Maria. Não que o aspecto nos revele a época em que foi fundado: nada há nas linhas arquitectónicas que não seja de dois dias.»

(Alexandre Herculano em «Cenas de um ano da minha vida e apontamentos de viagem», Liv. Bertrand, 3.^a ed., s./d., Lisboa, com prefácio de Vitorino Nemésio, p. 249.)

«A história dos seus monumentos é para cada povo a história da sua individualidade, porque não há monumento artístico que não traduza, mais ou menos directamente, a acção intelectual e política da sociedade que o concebeu.»

[Ramalho Ortigão em «O culto da Arte em Portugal», 2.^a edição (1.^a ed., 1896), Lisboa, 1943, p. 172, 1.^o vol.]

O património urbano é constituído por tudo aquilo que fez, faz e fará uma cidade, e em última análise será o próprio corpo social que nela vive. Em verdade é o corpo social que constitui a *urbis*, que a instaura ou que a destrói. Em que matéria se formalizam estas noções?

Todo o património construído por gerações, com empenhos variados e motivações diversas, a-cidade-que-era, a-cidade-que-é, constitui o património urbano. É no próprio quadro da cidade que se constrói a-cidade-que-será, e nela o espelho das gerações protagonistas, projectando expectativas de vida, e em suma, esperança de bem-estar social, independência e liberdade.

Sem perspectivação histórica da *urbis*, sem um espírito de construção positivo e equilibrado, que reúna em simbiose as aspirações do corpo social, qualquer intervenção tecnológica será desprovida de sentido e passará assim despercebida. As questões técnicas da recuperação do património urbano prendem-se com opções teóricas — que são eminentemente políticas — e que dizem respeito à identificação dos valores estéticos, históricos e culturais, no sentido mais vasto e na escala da cidade.

* Arquitecto.

A cidade como cenário de gerações activas que nela vivem, trabalham e que nos seus espaços também encontram o lazer, necessita de conter o estímulo e complementar os desejos e ambições de quem nela investe uma vida.

Gerir a cidade implica cada vez mais decisões difíceis num contexto muito vasto de problemas sociais e económicos. Não é por conseguinte prudente, e mesmo útil, investir numa só faceta do problema urbano. O risco de se agravarem outros sectores do problema, não menos complicados, levará à formação de pressões e prioridades que irão implicar intervenções drásticas. Deverão ser encontradas soluções conjuntas, evolutivas conforme o crescimento da cidade num espírito de continuidade e consenso.

Muitas cidades, em particular as mediterrânicas, datam a sua fundação a períodos remotos, pois uma continuidade de civilizações elegeram o mesmo local como sede urbana dos seus territórios. Algumas dessas fixações constituem paradigmas civilizacionais e mesmo bases inconfundíveis da cultura. Encontrar uma via honrosa e cuidada de conservação desse sedimento histórico significa legitimar no tempo essa fixação e representa obrigação «filial» da *urbis* nova às *urbis* antigas. Assim, o património urbano além de ser todo o construído «útil» que proporciona o ser da própria *urbis*, também é a memória 'αρχε', a sua história e arqueologia.

Este século tem, por um lado, acelerado velhos problemas e, por outro, criado novos factores de agressão, que desafiam a sobrevivência do património monumental das cidades. A gestão da *urbis* é um contínuo argumento de sobrevivência da própria cidade. Se por um lado a excessiva afluência aos centros urbanos e pressão demográfica têm provocado grande erosão no ambiente urbano, a poluição e as guerras têm vindo a desafiar o próprio conceito de monumento, e ainda mais os seus espécimes materiais.

Escuso-me de referir o historial recente da evolução das cidades, nos seus mecanismos de envelhecimento dos centros e de desenvolvimento periférico. Interessa-nos controlar um crescimento *gaspilleur*, que inutiliza os solos, que desgasta os centros urbanos e que não aproveita com rentabilidade as suas estruturas construídas, preferindo uma desagregação desgastante do ambiente da cidade com reflexos no comportamento social.

Preocupa-nos o comprometimento de um património histórico e ambiental que constitui a parte mais sensível e verdadeira raiz cultural da *urbis*. É sabido que o seu desaparecimento progressivo representa um vácuo proporcional na dinâmica e nos objectivos futuros das gerações que na cidade se constroem.

Recuperar a cidade, recuperar o seu património urbano e a sua memória 'αρχε', surge assim como uma missão histórica da *urbis*, tão importante como o momento da sua fundação, do seu desenvolvimento ou mesmo das várias fases de expansão histórica, económica ou social.

Desafios ao património histórico construído

Os problemas a que estão expostos os testemunhos históricos têm duas origens fundamentais, a primeira constitui o envelhecimento natural dos materiais e a segunda são as catástrofes naturais, como sismos, inundações, desabamentos, tufões, ventos muito fortes e temporais. A estas duas origens basilares, diríamos até, laboratoriais, teremos que adicionar um terceiro factor altamente prejudicial e erosivo — o homem. As actividades humanas são directa ou indirectamente muito perigosas para a conservação dos monumentos e da herança patrimonial histórica.

A erosão mecânica sem limites, níveis de vibração artificiais que vão minando as estruturas, poluição acústica e poluição visual, a verdadeira tragédia que constitui a poluição química, outros factores indirectos como a especulação imobiliária, ou mesmo até a aplicação «cega» de regulamentos, etc., constituem as patologias mais comuns.

Os perigos irreversíveis do urbanismo incontrolado e inconsequente e a carência de uma política empenhada e consciente são inimigos terríveis à escala da cidade, provocando grandes desfigurações no recorte monumental e no ambiente e mensagem histórica da *urbis*, pode-se considerar até uma total perda da memória 'αρχε'.

Por razões de especialidade interessa-nos o património caracterizado como monumental, e neste caso a património histórico construído da cidade.

A recuperação do património urbano passa também pelo estabelecimento de condições básicas de habitabilidade, como a beneficiação do sistema de águas e esgotos, electricidade, telefone, gás, iluminação pública, limpeza urbana e ajardinamento. Todas estas operações constituem argumentos do saber técnico envolvido na recuperação. Outro nível igualmente relevante da intervenção evidencia-se no estabelecimento da imagem monumental ou histórica, operações de conservação e restauro, que envolvem tecnologias apropriadas. Mas o acto de intervenção «per-si» requer uma sensata política de conservação e restauro, que coordena a totalidade envolvida, pelo que assenta numa formação teórica e técnica, numa gramática vocacionada, respaldando-se num saber próprio da especialidade.

Os especialistas em conservação e restauro actuam através do diagnóstico e do isolamento das patologias que fazem perigar o património histórico. Actuando sempre após uma detalhada, quanto minuciosa, avaliação dos problemas, com um sentido do respeito histórico e seleccionando sempre as tecnologias disponíveis mais indicadas.

Ética e formação

A *técne* da recuperação do património urbano resulta de uma interpretação histórica e perspectiva da intervenção na avaliação e diagnóstico. Como se pode compreender, a complementaridade profissional no campo da conservação e restauro, não só é um facto, como constitui único factor de sucesso. No caso da recuperação urbana, essa complementaridade é deveras evidente e obriga a um leque diversificado de participação profissional tecnicamente fluente.

As várias recomendações internacionais, cartas e documentos de conferências, constituem os códigos éticos das actuações, e pela subscrição dos Estados, verdadeira responsabilidade política. Tem procurado, igualmente, isolar os principais objectivos a atingir.

Desde 1904, no VI Congresso Internacional dos Arquitectos, que o problema da «Conservação e Restauração dos monumentos d'architectura», vem sendo tratado como missão específica dos arquitectos, tentando simultaneamente encontrar formas e critérios de procedimento geral (v. *Anuario da Sociedade dos Architectos Portugueses*, Anno I, Lisboa, 1905, p. 76; veja-se ainda a curiosa carta de A. Bermudes que demonstra o interesse nacional em tal matéria já nesse tempo).

Já em 1931, na Conferência Internacional dos Arquitectos em Atenas se levantou o problema da poluição urbana e do ataque provocado pelas chuvas ácidas. Aparecendo nessa altura regulamentações para a conservação urbana e de sítios. Pela mesma altura o especialista italiano Giovannoni apresentava um método de intervenção procedente da crítica de textos, o «restauro-filológico», na sua *Carta del Restauro*.

A Convenção da Haia em 1954 vem trazer uma normativa própria para os casos de conflito armado, no sentido da preservação e respeito pelos monumentos — que afinal são património da humanidade —, sendo esta Carta ratificada pelos Estados.

Foi necessário esperar por 1957 para que os especialistas se reunissem no Primeiro Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, em Paris. As conclusões do Congresso vieram preparar um ambiente receptivo à necessidade de um documento internacional sobre a ética da especialidade, sobre as habilitações e formação de pessoal técnico, quadros, operários e artesãos, apontando para a participação multidisciplinar.

Com efeito, na Segunda Conferência Internacional dos Arquitectos e dos Técnicos de Monumentos Históricos, que teve lugar em Veneza, a 31 de Maio de 1964, decorrendo sob o patrocínio da UNESCO, foram aprovados treze documentos históricos. O primeiro constitui a «Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos Monumentos e Sítios», texto que contém a base doutrinária da *moderna* concepção de intervenção no património monumental, e conhecida vulgarmente

por «Carta de Veneza». O segundo documento aprovado criava o ICOMOS, Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, organização não-governamental que constitui o órgão de cúpula da especialidade. Dentro dos restantes documentos aprovados é de ressaltar uma moção que diria respeito à protecção e revitalização dos «centros históricos».

Vários outros documentos têm vindo a completar ou a subscrever as mesmas preocupações, como os esforços do Conselho da Europa, a Declaração de Amsterdão sobre o Património Arquitectónico Europeu em 1975 e a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa em 1985.

Deve-se ainda referir a Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas, que tendo origem nas iniciativas do ICOMOS, e referindo-se aos objectivos já citados na Recomendação de 1976 da UNESCO de Varsóvia-Nairobi, foi aprovada em 1987.

Como se pode ter verificado, os problemas da recuperação não constituem um espaço aberto a amadorismos pioneiros, mas sim comportam todo um historial no respeitante aos critérios e técnicas de intervenção, possuindo uma normatização e procedimento internacionalmente reconhecida e respeitada. Obrigam ainda à profissionalização e formação técnica. Desde muito cedo que o problema da formação vem sendo levantado, no entanto, a correcta preparação do arquitecto conservador-restaurador ou dos técnicos em conservação e restauro só foi encarada a partir de 1959. A partir desta altura o ICCROM, Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro dos Bens Culturais, foi fundado pela UNESCO, tendo como principais missões:

- a) Coligir, estudar e fazer circular documentação que diz respeito aos problemas científicos e técnicos da preservação e restauro dos bens culturais;
- b) Coordenar, estimular ou instituir pesquisa neste campo e em particular da constituição de grupos de especialistas, conferências internacionais, publicações e intercâmbio de técnicos;
- c) Aconselhar e recomendar no geral ou particularmente em pontos específicos ligados à preservação e restauro de bens culturais;
- d) Apoiar na formação de investigadores e técnicos, elevando o nível de qualidade do trabalho de conservação e restauro.

O ICCROM é uma organização científica, tendo sido responsável por operações históricas de preservação e salvaguarda, como a recuperação da cidade de Florença e dos bens culturais envolvidos nas cheias de 1966, no Plano de Salvaguarda de Veneza, participando em numerosíssimas acções de investigação e actuação por todo o Mundo. Pode-se dizer que o ICCROM, com a maior biblioteca da especialidade (tendo início num fundo doado pela Fundação Calouste Gulbenkian), com vários

grupos de investigadores que coordena e com a formação de técnicos dos cursos que organiza (Conservação Arquitectónica, Conservação de Pinturas Murais, Princípios Científicos da Conservação e Curso de Conservação Preventiva de Museus, além de outros cursos ocasionais) representa o organismo referenciável, técnico e científico, no campo da conservação e restauro. A julgar a sua importância refira-se que possui 72 Estados membros e 64 associações de especialidade.

«Técne» da intervenção

No respeitante a intervenção encontramos o mútuo envolvimento da parte ética e normativa com a parte tecnológica. No campo do escalonamento profissional, excluindo o pessoal responsável e coordenador, há que referir uma plêiade de intervenientes. Referimo-nos directamente aos operários, aos construtores encarregados de empreitadas de conservação e restauro, aos artesãos, tão preciosos neste campo, e ainda, no geral, ao grande público utente e participativo, que no final decidirá o sucesso das operações.

Numa primeira fase há que recuperar toda a prática construtiva caída no esquecimento nos últimos cinquenta anos. Afastar o crédito «cego» nas inovações técnicas que banalizam o profissionalismo dos construtores, transformando-os em simples vendedores de produtos. Falar de materiais «tradicionais» hoje em dia significa o cimento, o betão armado, o mosaico hidráulico, o alumínio, etc., quando não é nada disto que constitui a base construtiva dos monumentos e edifícios históricos (de um modo geral, exceptuando os deste século). Assim, torna-se difícil de intervir por falta de operários com prática construtiva em materiais «clássicos», e apesar de tudo quando se intervém utilizando os métodos e a prática corrente, os resultados são desastrosos e frequentemente irreversíveis. É difícil encontrar operários que saibam trabalhar com cal, aplicá-la em formigão ou rebocos, fazer alvenarias de cal e pedra, ou trabalhar a madeira, ou cerâmica, etc.

O campo comercial não deveria considerar de modo negativo as imposições de determinado tipo de materiais e desenhos, assim bem como cores. Pelo contrário, representa um novo mercado — garantido — para produtos que tivessem até produção semiartesanal ou totalmente, a semelhança de telhas de canudo tradicionais, tijoleiras grossas artesanais, cantarias, etc. Querer persistir e ignorar tudo isto representa uma dupla perda, uma é obviamente o património atingido por más intervenções e a segunda é uma perspectiva comercial garantida

O Conselho da Europa e a CEE, preocupados com a formação e profissionalização, têm procurado, através de programas de especialização e de cursos, manter o saber artesanal, apoiando-o e implementando-o. Pode-se concluir que é imprescindível preparar pessoal operário para as operações de restauro, através da profissionalização e sensibilização para este tipo de problemas. Na mesma linha de

formação se situam os construtores, que responsabilizados por um contrato de empreitada, e embora o cumprindo à letra, não conseguem atingir o grau pretendido de conservação ou restauro. Na maior parte das vezes as intervenções são nefastas. Como definir num caderno de encargos o grau de limpeza e o respeito pela pátina? Como encarar a substituição de peças originais por peças novas? Como convencer uma prática institucionalizada de que neste caso está errada, que o cimento *Portland* deve ser proscrito das intervenções em edifícios à base de cal? Como evitar a quase «religiosa» picagem das paredes até ao osso (sabe Deus levando à destruição de frescos, de camadas originais de cor, rebocos originais, etc.), para rebocar tudo «direitinho»? Que um telhado com uma estrutura tradicional não deve ser substituído por lajes de betão nem as telhas devem mudar a sua configuração original? Sobretudo como refrear o ingénuo crédito nos materiais «milagrosos», nos produtos químicos «mágicos», ou nas tintas impermeabilizantes, e mesmo até certo tipo de cores?

As intervenções técnicas são infelizmente na maior parte desastrosas, não sendo necessário registar a marca da época, pois a própria actuação a denuncia.

A intervenção técnica requer uma preparação a nível de projecto tão clara quanto possível, dando origem a um caderno de encargos rigoroso e suficientemente esclarecedor, exigindo uma permanente atenção do técnico responsável durante os trabalhos. Muitos desastres surgem nos acabamentos, ou porque são conduzidos dentro de um espírito de construção nova, ou porque outras partes técnicas como a electricidade, iluminação, etc., não foram estudadas devidamente a nível de caderno de encargos.

Um problema grave que surge frequentemente refere-se às intervenções de reforço estrutural, que na maior parte dos casos é exagerada para não referir o dispêndio inútil, quando uma avaliação cuidada pode fornecer todas as informações. Continua uma prática desnecessária que pelo seguro vai aplicando cintas em betão ou a instalar dentro das alvenarias portantes, sistemas de pilar/viga a sustentar pavimentos de pré-esforçado ou lajes fundidas. A consolidação estrutural faz parte integrante do projecto de restauro, sendo por definição a actuação mais melindrosa, correspondendo-lhe uma clara explicitação a nível do caderno de encargos.

Todas estas preocupações encontram-se infelizmente patentes em frequentes intervenções recentes, que longe de virem conservar ou restaurar, conduziram ao agravamento das situações por indução de novas patologias. A lei da reversibilidade e da minimização da intervenção obriga a seguir com grande prudência as tecnologias da intervenção.

No respeitante aos artesãos, estes têm um papel de relevo no processo de restauro. Em primeiro lugar, pelas características do seu trabalho manual, aproximam as possibilidades de fornecimento de peças e materiais semelhantes aos existentes em imóveis históricos e que necessitem de ser reparados, substituídos ou repro-

duzidos. Os artesãos complementam todo o trabalho de restauro até aos mais ínfimos pormenores, sem eles toda a ciência de determinados materiais se perderia.

Em vários países, nomeadamente a Itália, têm-se organizado congressos e associações, tendo em vista a inventariação e classificação dos artesãos, promovendo o seu trabalho e encorajando a sua intervenção, valorizando a sua qualidade e inserindo-o dentro da economia moderna.

Resta-nos ainda referir a importância do público em geral, que deverá ser informado dos métodos com que se pretende conservar ou restaurar o património histórico, que afinal também é seu e não exclusivamente do restaurador. Embora o julgamento público não se encontre ao nível do do especialista, o que é por demais óbvio, o senso comum dita o sucesso das operações. Quando se barrou um monumento de cimento *Portland* recentemente a crítica popular não demorou a fazer-se ouvir, assim como não escapa o levantamento de painéis de azulejo e substituição de originais por falsos, ou arrancar pavimentos originais, para serem colocados ladrilhos de cantina, em igrejas, palácios e outros monumentos, etc.

Já não me refiro às demolições selvagens, que embora persistam para nossa grande lástima, em tristes casos de irresponsabilidade e ignorância, pouco a pouco vão sendo detectados, e a rápida apresentação pública da situação, geralmente demove os propósitos dos promotores. As associações de defesa do património que se constituíram e se constituem poderão com uma acção coordenada ter um papel importante na salvaguarda de valores locais, mantendo as características das localidades.

Resumindo, sobre as técnicas de recuperação do património urbano, voltamos a sublinhar quanto é fundamental uma vontade política que motive uma opção teórica, através de uma acção normativa e fiscalizadora que caberá às instituições públicas. Aos especialistas de conservação e restauro caberá avaliar e diagnosticar as operações a efectuar.

E no entanto é na fase de implementação que surge grande parte das dificuldades, por falta de pessoal qualificado, pelas características da empreitada, por não cumprimento dos processos de conservação e restauro, que requerem a presença assídua e constante do técnico especializado.

A introdução tecnológica na recuperação do património urbano deve revestir-se de grandes cuidados e prudente avaliação pluridisciplinar dos problemas a que está sujeito esse património, e o todo aglutinado por um empenho político que resuma as aspirações e desejos do corpo social da *urbis*.